

RELAÇÕES RACIAIS E DE GÊNERO: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS MULHERES NEGRAS HOJE

Gilmara Silva Oliveira¹

O presente trabalho busca refletir acerca da construção e fortalecimento da identidade de mulheres negras, a partir do entendimento das relações raciais e de gênero, desnudando como o racismo e o sexismo se entrelaçam nesse contexto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde se buscou confrontar perspectivas teóricas de autoras(es) conceituadas(os) com vasta bagagem acadêmica no assunto. Portanto, visou elucidar algumas questões que, confrontadas no decorrer do trabalho, podem trazer luz e caminhos capazes de transformar as práticas discriminatórias e de opressão de gênero e raça, contribuindo para apontar instrumentos que fortaleçam a construção de uma nova identidade das mulheres negras hoje.

O estudo das relações raciais e de gênero tem sido apontado como de grande relevância para a compreensão das relações sociais e suas múltiplas faces, contribuindo substancialmente para situar como se configuram o racismo e o sexismo nesse contexto. Assim, compreender como as desigualdades marcadas por raça e gênero desenham as relações em sociedades como a brasileira, requer uma postura investigativa das relações sociais, especialmente racial e de gênero, desnudando o patriarcalismo e racismo ideologias impregnadas na nossa sociedade e que, por muito tempo estiveram silenciados.

Converter as desigualdades em diferenças é o grande desafio posto neste debate, compreendendo que a diferença cria e articula as relações de poder dos homens sobre as mulheres, assim como aos indivíduos não-negros que se sobrepõem como superiores aos negros. Racismo e sexismo são dimensões que se cruzam numa via itinerante das relações sociais, estando presentes em todos os espaços, ainda que não sejam ditas, mas notadas em favor de alguns, requerendo uma ampla compreensão e superação das iniquidades postas pela diferença.

As relações de gênero incorporam a necessidade de pensar outras diferenças como as raciais (e vice-versa) e, teorizar sobre essas implicações, se expressa como novas formas de pensar as relações de gênero. Assim, será pertinente compreender que “raça, da mesma forma que gênero, se constitui como relações de poder e, portanto, determina a vida de mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretas” (AZERÊDO, 1994, p.204). Tal reflexão permite afirmar que pensar as relações raciais e de gênero não compete apenas às mulheres negras, nem às mulheres brancas ou qualquer outro grupo específico, mas trata-se de uma competência de interesse de todas (os), pois permeiam a teia das relações sociais, marcadas sumariamente pelas relações raciais e de gênero.

Algumas ciências como a biologia e a antropologia física criaram a idéia de dividir os seres humanos em subespécies como no reino animal, definindo para cada sub-espécie qualidades próprias, estabelecendo as raças. Assim, o racismo surge como o resultado da idéia da subdivisão da espécie humana, dividindo em raças os seres humanos. A desastrosa construção biológica da noção de raça ganha dimensão e impacto social e político negativo, levando à uma tentativa frustrada em sepultar a idéia de raça, deslegitimando o seu uso enquanto categoria biológica, portanto, científica. Assim, ainda que o desejo desse esforço buscasse acabar com o racismo, tratava-se de um esforço tardio, pois a idéia de raças distintas entre os seres humanos já havia sido introjetada.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador. Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – Maragojipe/BA

Segundo Guimarães (2003), a definição biológica de raça não possui respaldo sólido, desde quando não contempla uma definição coerente que distingue populações africanas internamente, cabendo destaque ao fato que os traços fisionômicos, do fenótipo ou genótipo, são insuficientes para uma construção de raças. Portanto, raça é cientificamente uma construção social e deve ser estudada por um ramo próprio da sociologia ou das Ciências Sociais que trata das identidades sociais.

Nessa direção, fica evidente que analisar as relações raciais no Brasil demanda entender o imaginário social e as ideologias construídas social e historicamente; implica ainda entender como a dimensão racial é usada como fator de distinção social dos indivíduos. Portanto, “ser negro no Brasil” implica em algo desafiante, pois a percepção dessa condição vai ser demarcada a partir da distinção em relação ao “ser branco”. Assim, a branquitude representa a afirmação de um grupo racial sobre o outro, ou seja, a sua superioridade pela condição de ser branco, impondo de forma histórica uma relação desigual, racista e excludente.

A negação do racismo no Brasil vem sendo sustentada, segundo Filho (2006, p.37) basicamente por três idéias que contribuem para o mito da democracia racial: a primeira é a inexistência de raça como um determinante da dominação de uns indivíduos sobre outros; a segunda é a dificuldade em apontar quem é negro no Brasil e a terceira se refere à compreensão de que os problemas que afetam o(a) negro(a) é de classe social e não racial. Essas idéias ocultam a lógica que transforma as diferenças raciais e étnicas em desigualdade, ocorrendo uma naturalização da desigualdade racial. Muito mais do que resultados de diferenças biológicas, as relações raciais são marcadas por construções sociais, conforme explicita Filho (2006, p.41): “não se nasce racista. O indivíduo torna-se racista, preconceituoso, discriminador porque recebe isso através do processo de socialização”. Assim, mais do que a negação do racismo, na sociedade brasileira é possível afirmar a ocorrência de um processo de branqueamento, grande parte na lógica da miscigenação.

Acredito que o racismo quando confrontado com a construção da identidade, é um forte elemento ideológico capaz de comprometer a identidade de um grupo étnico/racial, tornando evidente a necessidade de usar a marca identitária do grupo oprimido. Isso faz transparecer que quanto mais marcas de dominação e opressão distinguem os grupos, mais forte tenderá a ser a identidade étnica (TELLES, 1993). Essa compreensão não se distancia das relações de gênero que da mesma forma estão condicionadas, numa cultura dominante e opressiva.

Discutir gênero implica, substancialmente, tomar como referência a crítica à visão de que as diferenças culturais entre mulheres e homens estão assentadas numa base biológica, mas que estas são referência para a construção do feminino e masculino, como campos estanques, sustentados pela noção de dicotomia e diferença. Ou seja: ao falar de gênero torna-se necessário desconstruir o paradigma centrado na idéia das diferenças entre mulheres e homens, materializadas em crenças familiares, sociais e culturais acerca das diferenças de sexos e, assim, direcionando o foco para o que caracteriza e justifica a diferença, desprezando ou secundarizando o entendimento das relações sociais de gênero. Traçando um paralelo, pude constatar que, da mesma forma que a construção social das relações raciais não se pauta numa determinação biológica, o mesmo se aplica às relações de gênero, o que significa afirmar que há todo um constructo social que determina essas relações.

Assim, gênero deve ser analisado como uma construção histórica das relações de poder entre homens e mulheres, contemplando definições plurais de masculinidade e feminilidade. Daí, o conceito de gênero variar ao longo do tempo e de uma cultura para outra. Acima de tudo, gênero refere-se às relações sociais nas quais indivíduos e grupos atuam, simultaneamente construindo e sendo construídos por essas mesmas relações.

Pensar gênero a partir de uma ótica relacional implica compreender entre outros aspectos, como os papéis de gênero definem expectativas partilhadas acerca das qualidades e

comportamentos apropriados aos indivíduos, em função do sexo socialmente definido (gênero). Estes papéis de gênero induzem direta ou indiretamente às diferenças sexuais estereotipadas; diretamente porque tendem a ser confirmados no comportamento, já que a observação dos comportamentos de mulheres e homens afetam as crenças acerca dos comportamentos apropriados a cada sexo e esses papéis são responsáveis pelas diferenças sexuais nos comportamentos; indiretamente, porque essa distinta distribuição de papéis é uma parte importante das expectativas das pessoas acerca das características femininas e masculinas, tornando-se relevante para as diferenças sexuais, já que essa experiência de papéis diferenciados sugere a existência de competências e crenças relevantes para os comportamentos sociais.

Se por um lado temos a dimensão gênero ou raça como central e estruturante das relações sociais, por outro temos os vários processos identitários, a depender do contexto, como a identidade de gênero, de classe, geração ou étnico/racial, que ganham destaque. Assim, gênero por si só não contempla todas as dimensões relacionais quando se fala em identidade, da mesma forma raça, mas há um intercruzamento entre essas dimensões. Trata-se, portanto, da compreensão acerca da seguinte questão: qual dimensão define socialmente “em primeira instância”, o indivíduo? Acredito que, na verdade há uma interseccionalidade que deve ser visibilizada da forma mais ampla possível, atentando com essa perspectiva para a complexidade humana.

Partindo do fato de que as mulheres não constituem um grupo homogêneo e universal, pelo contrário, são heterogêneas e estão situadas em contextos diversos e condições distintas, é que se pode afirmar que o próprio entendimento do sexismo a partir das relações de gênero, deve considerar também uma diversidade de categorias, visto que, elas são atravessadas por outras dimensões além de gênero, como classe, raça/etnia e idade/geração (MACÊDO, 2001).

A idéia da identidade pensada a partir de raça e gênero permite um trânsito entre o individual e o coletivo, particularizando o indivíduo a características gerais atribuídas ao grupo, o que associa a identidade à forma de totalidade de culturas, referindo-me nesse caso, à identidade étnica de um grupo que se diferencia dos outros grupos por um conjunto de costumes, valores, etc. (MONTES, 1996).

Desse modo, discorrer acerca da identidade sob a ótica da raça, culturalmente, vai implicar na desconstrução de um conjunto de estereótipos no plano do senso comum que estão na base do preconceito racial, implícitos especialmente na sociedade brasileira. A raça é, portanto, compreendida como algo que garante comportamentos sociais, valores e atributos a um grupo a depender do grupo racial a que pertença, através do imaginário, de estereótipos, sustentando uma “visão psicologizante da identidade” (MONTES, 1996, p.53). Do exposto, a discussão sobre a identidade, contribui na compreensão das relações inter-raciais, mais especificamente no Brasil entre os brancos e negros, esclarecendo que a identidade ao ser usada no plano do discurso, aparece como recurso para a criação de um nós coletivo, nós mulheres, nós negros, nós mulheres negras. Quando associada à raça, a identidade ganha um caráter congelado, fixo, fazendo desta um suporte da diferença e da opressão.

É importante admitir, portanto, que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado porque ele é vital para os grupos sociais contemporâneos que a reivindicam. A identidade não é inata, ela se constrói em determinado contexto histórico e cultural, envolvendo os níveis social, econômico e político de cada sociedade. O sistema de contrastes que define a identidade está permeado pelo jogo das relações sociais e das relações de poder através das quais as pessoas constroem a cultura. Assim, por exemplo, a questão racial não pode ser compreendida apenas numa dimensão de cultura, pois, está, sobretudo, condicionada sob um legado histórico perverso que faz pesar suas iniquidades – me refiro à escravidão que atingiu sistemática e organicamente a população negra. Desmistificar a questão do(a) negro(a), antes de ser uma questão econômica, “é uma questão moral e ontológica” (MUNANGA, 1996, p.216). Creio,

assim, que tocar na questão da identidade negra obriga a repensar a questão racial junto com a injustiça social vigente na sociedade, já que ambos não estão dissociados.

Nessa direção, a materialização da identidade das mulheres negras é um processo complexo onde gênero e raça se encontram, criando uma nova especificidade para essa categoria de mulheres. Por outro lado, as questões de gênero e raça por si só não dão conta da especificidade de ser mulher negra, provocando a necessidade da compreensão de outras modalidades de experimentar essa identidade, ainda que, prioritariamente, passe pelo enfretamento do racismo e sexismo a que, secularmente, essas mulheres estiveram submetidas.

Assim, a concepção raça e gênero como elementos essenciais na formação da identidade, toma a interseccionalidade dessas duas dimensões no interior das relações sociais como o ponto chave para essa análise, tornando evidente que gênero e raça são elementos essenciais na formação da identidade, especialmente das mulheres negras.

Pensar a identidade da mulher negra vai implicar em retornar a experiência da escravidão que representou para a mulher negra escravizada um legado da imposição sexista a que essas mulheres estavam submetidas. O senhor branco que no “uso do poder sobre sua propriedade”, submetia a mulher negra escravizada ao máximo de violência e terror, onde a violência sexual era institucionalizada, colocando a mulher negra como a responsável por provocar a tentação do seu senhor (HOOKS, 1995). A procriação era outra forma de agressão e opressão contra o corpo e a vida das mulheres negras por meio da coerção e violência, sendo o nascimento de filhos de escravos(as) mais uma atividade econômica. Além do papel doméstico, a violência sexual e reprodutiva determinava a função social das mulheres negras escravizadas. Assim, a subordinação das mulheres negras foi uma experiência internalizada como um método de socialização natural, o que na verdade implicava numa verdadeira desumanização contra essas mulheres; todavia, tratava-se de um racismo institucionalizado diante da legalização do regime escravista.

Para tanto, o Movimento Negro buscou criar uma comunidade de interesses em torno da origem africana, retrabalhando os símbolos da cultura afro-brasileira, de forma a criar uma identidade do negro brasileiro com o qual toda a população de origem negra pudesse se identificar (GOMES, 1995). Essa busca identitária não se dá em um vácuo social, pois as identidades culturais não são escolhidas, elas são construídas e, não são opções voluntárias das pessoas; ao contrário, dependem das relações de poder na sociedade, as quais estabelecem as diferenças e os limites das identidades. Ser negro, mulher, homossexual etc. diz respeito a identidades construídas historicamente pela sociedade, o que influencia a maneira como os indivíduos vêem a si próprios e aos outros membros da sociedade. Isso significa que as políticas de identidade não são apenas estratégias de reificação de diferenças, elas são também formas de re-significação das mesmas, pois reivindicam de forma positiva identidades socialmente degradadas. Em um processo dinâmico, essas políticas, por sua vez, terão efeitos sobre o processo de construção das identidades, que retroagirão sobre as próprias políticas de identidades (GOMES, 1995).

A experiência de práticas racistas com marcas de gênero, geração e classe social no interior das relações sociais levam à formação de uma identidade fragmentada com significados próprios, construídos dentro de cada sistema de opressão, segregando as práticas racistas e sexistas entre si em detrimento de uma forma maior de discriminação. Entretanto, se as mulheres ocupam papéis e são definidas socialmente de acordo com o conjunto de elementos que carregam, torna-se inviável pensar numa única forma de discriminação. No caso das mulheres negras, estas estão inseridas num contexto que socialmente determina a condição de mulher e de negra sob a ótica do racismo e sexismo. Cabe notar que estas constatações levam à necessidade de algumas considerações que remetam à interseccionalidade de raça e gênero.

Nesta perspectiva, discorrer sobre interseccionalidades permite analisar e compreender como se cruzam as diversas formas de opressão que atravessam as relações sociais entre duas ou mais categorias.

Algumas respostas precisam ser buscadas no que se refere à compreensão dos processos de construção da identidade racial das mulheres negras, haja vista a complexidade desses processos, assentados em “cargas” de opressão e práticas discriminatórias históricas. Assim, são recorrentes as práticas de negação da identidade racial, transformando-se na “solução” para a fuga de um itinerário que impõe os sujeitos rejeitar constantemente sua origem: é uma negação disfarçada de um “auto-branqueamento ou apagamento da própria identidade racial” (CASTRO, 1992 p.09), através de um auto-reconhecimento com relação à sua cor que redimensiona os marcos de raça e etnia, agora numa compreensão mais genérica, substituídos por “morena”, “marrom”, “um pouco escurinha” e tantas outras expressões que respondem como a subjetividade racial está sendo construída, que parte do resultado de uma ideologia transmitida pela cultura dominante.

Diante desse processo, entendo que é fundamental o esforço de pensar sobre o que poderia haver de comum entre as mulheres numa sociedade racista, sexista e marcada por profundas desigualdades sociais, o que implica observar, em primeira mão, que essas mulheres pertencem a grupos raciais distintos. Assim, o uso do conceito mulher (BAIRROS, 1995), acabou trazendo em si a pretensão de unir todas as mulheres em algumas características que a princípio parecem universais, havendo uma aceitação da natureza feminina instituída a partir dos estereótipos criados pelo patriarcado, atribuindo às mulheres características como as de ser passiva, emocional, cuidadosa, dentre outros.

Acerca dos processos identitários, é válido destacar que identidade e diferença têm a ver com a relação entre eu e o outro, seja dentro do mesmo grupo, seja em grupos diferentes, tornando evidente que o fato de “ser mulher negra reafirma o fato de ser uma mulher negra” - reforçando, portanto, a necessidade de converter as discriminações que as coloca numa posição de alvo da opressão, em instrumentos que fortaleçam sua identidade, dotada de uma especificidade própria que as distingue tanto das mulheres não negras quanto dos homens negros.

Assim, é preciso destacar as formulações que evidenciam a afirmação de que somos todas e todos afetados pelo sexismo nas suas mais várias formas de opressão: machismo, homofobia, misoginia, o que vale inclusive, para os homens negros e como os mesmos vivenciam gênero. Ora, se raça, gênero, orientação sexual e classe social se cruzam mutuamente formando um mosaico no bojo das relações sociais, torna-se impraticável pensar sobre qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras, pois essas dimensões não podem ser separadas, especialmente raça e gênero ao se referirem à identidade, daí a importância da noção de interseccionalidade.

As mulheres negras experimentam o sexismo e racismo a partir do lugar que ocupam, vivenciando a particularidade de uma experiência que lhes proporcionam a construção de um ponto de vista do que é ser mulher negra numa sociedade desigual, racista, sexista e homofóbica. Com isso, o feminismo negro é uma importante expressão na construção da consciência sobre a intersecção de raça e gênero no próprio processo de estruturação de gênero (BAIRROS, 1995).

Não obstante, torna-se notória a contribuição que o feminismo negro traz tanto na luta anti-racista quanto no enfrentamento às iniquidades que pesam sobre a equidade de gênero, se debruçando ainda sobre o reconhecimento das especificidades intra-gênero, ou seja, representa um avanço no que tange a construção da identidade em suas dimensões de gênero e étnico/racial.

É sabido que o poder nesta sociedade é masculino, eurocêntrico, branco, burguês e homofóbico, ficando esse grupo com o poder de decisão central da regulação da vida do coletivo, portanto, de definir como as relações sociais serão desenvolvidas, particularmente, as relações

raciais e de gênero. Ora, é exatamente neste contexto que enfatizo os impactos causados pelas iniquidades que historicamente atingiram as mulheres negras desde o passado de mucama e objetos de uso sexual e reprodutivo do seu senhor, às empregadas domésticas e prostitutas desvalorizadas da sociedade de hoje, cabendo ainda acrescentar a pauperização e exclusão social em se encontram submetidas a grande maioria dessas mulheres.

Nesse contexto, acredito que construir uma identidade positiva sobre si e o seu grupo é um árduo desafio para as mulheres negras. Uma das estratégias para atingir esse objetivo, substancialmente, passa pelo resgate da cultura e das raízes africanas, pois são essenciais na reconstrução de uma identidade positiva das mulheres negras paralela à uma reafirmação da condição feminina enquanto protagonista e participante da história e da dinâmica social. Assim, os princípios da Ancestralidade, Identidade e Resistência – tão caros ao Movimento Negro – são alicerces fundamentais na afirmação e construção da identidade racial, pautada nas origens africanas e numa perspectiva positiva, capaz de respeitar e transmitir a verdadeira importância de resgatar a cultura negra pautada numa idéia de pertencimento.

Do outro lado, é fundamental o resgate de valores feministas e não sexistas e o feminismo negro, que se projetam na sociedade a partir de uma inquietação posta pelas iniquidades e pelas mais duras formas de opressão contra as mulheres negras, significa um importante instrumento político e ideológico que muito contribuiu e tem a contribuir na construção da identidade dessas mulheres. Nesse sentido, é importante o testemunho das protagonistas, isto é, de várias intelectuais e militantes negras, que tornam pública suas histórias de vida no sentido de elucidar como as várias manifestações do racismo e sexismo se expressam no interior das relações sociais e como esse poder simbólico construído a partir da raça e do gênero pode se reverter em instrumento de fortalecimento de uma nova identidade, condizente com os princípios da feminilidade e da ancestralidade africana.

Não existe uma identidade fixa e unitária, mas processos identitários sempre em movimento e, mesmo quando me refiro às mulheres negras, falo de um conjunto heterogêneo e diverso que vivencia muitas inquietações e se confronta em uma multiplicidade de posições – portanto, a identidade das mulheres negras não está pautada em uma única e estática identidade. O desafio de reconstrução dessa identidade, portanto, passa pela dimensão de contemplar as diversidades, que se moldam numa dinâmica constante na relação de homens e mulheres negras (os) e não negras (os), indicando a necessidade do respeito à alteridade e à diversidade.

Assim, diante das reflexões postas, pude compreender que a identidade das mulheres negras, se constrói a partir da desigualdade das relações raciais e de gênero, mas vai, além disso, “inventando” novas maneiras de ser “mulher negra” e não apenas “mulher” ou “negra”. Isso porque acredito que afirmar-se negra, implica numa concepção ampla acerca da intersecção de raça e gênero, bem como uma postura política coerente com a radicalidade feminista e com os princípios ancestrais norteadores da identidade étnico/racial negra, diante na negação simbólica a que estão submetidas as mulheres negras.

Nessa direção, há que se por em relevo, a indissociabilidade da interseccionalidade de raça e gênero na construção/desconstrução/reconstrução da identidade das mulheres negras – tarefa complexa onde não se pode hierarquizar algumas dimensões dando-lhes diferentes pesos e medidas, pois essas dimensões se cruzam numa complexa via itinerante, construtora das múltiplas identidades. Posto isso, finalizo reafirmando que essa identidade almejada se reconfigura como um caminho insubstituível para superação do racismo, sexismo, da desigualdade de classe e de todas as hierarquias e discriminações e, da força das mulheres negras, já se vê no horizonte, o surgimento de novas identidades para que estas construam outra história e se projetem na revolução.

REFERÊNCIAS

- AZERÊDO, Sandra. **Teorizando sobre gênero e relações raciais.** In: Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UERJ. 2ª Sem, 1994, p. 203-217.
- BAIRROS, Luiza. **Nossos Feminismos Revisitados.** In: Revista Estudos Feministas. Dossiê Mulheres Negras, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, PPCI/UERJ, nº 02, volume 3, 1995, p. 458-463.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Difusão Editorial LTDA, 1989, p. 15.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres Negras em Movimento.** Estudos avançados, 17 (49), 2003.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (org) **Identidade Feminina – Uma Construção Histórico-Cultural.** In: **Ensaio sobre Identidade e Gênero.** Salvador: Helvécia, 2003, p. 63-89.
- FILHO, José Barbosa da Silva. **O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Marques de Saraiva, 2006, p. 29-48.
- FRANCO, Simone C. S. A subjetividade feminina - uma construção histórico-cultural. In: Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes. (Org.). **Ensaio sobre Identidade e Gênero.** Salvador: Helvécia, 2003, p. 63-89.
- FREIRE, Gilberto **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 49ª edição. Ver. – São Paulo: Global, 2004, p. 717-719.
- GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto.** Belo horizonte: Mazza Edições, 1995, p. 25-32.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia.** Ed. Pesquisa [on line] jan/jul. 2003, vol. 29, nº 01 [citado 13 de out. 2004], pp. 93-107. Disponível: <<http://www.scielo.br/scielo.ph>. Acesso em 10 nov. 2007
- _____. **'Raça', Racismo e Grupos de Cor No Brasil.** REVISTA ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, n. 27, p. 45-63, 1995.
- HASENBALG, Carlos. **Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil.** In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, Ciência e Sociedade.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999, p. 235-249.
- HOOKS, Bell. **Eu não sou uma mulher: Mulheres Negras e Feminismo - Ain'ti a Woman: Black Women e feminism.** Boston MA, South End Press, 1992. Tradução: Jeferson Bacelar, NEIM/UFBA, 1993.
- LAVINAS, Lena. **Identidade de Gênero: um conceito da prática.** XIII Encontro Anual da ANPOCS. GT Mulher na força de trabalho, I Caxambu, PPUR/UFRJ, 1989, 20 p.

MACÊDO, Márcia dos Santos. **Tecendo os Fios e Segurando as Pontas: mulheres chefes de família em Salvador.** In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Celi Regina (Orgs.). Tempos e lugares de gênero. São Paulo: FCC: Ed. 24, 2001, p. 55-83.

_____. **Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para analisar.** In: BORGES, Ângela; CASTRO, Mary C.(Orgs.). Família, gênero e gerações: desafios para políticas sociais. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 137-176.

MONTES, Maria Lúcia. **Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia.** In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999, p. 47-75.

MUNANGA, Kabengele. **As facetas de um racismo silenciado.** In MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999, p. 213-229.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980, p. 19-24.

PRAXEDES, Rosângela Rosa. **Mulheres negras: Reflexões sobre identidade e resistência.** Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/026/26rpraxedes.htm>. Acesso em 10 nov. 2007.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioiga a Beijing.** In: **Revista Estudos Feministas** – Dossiê Mulheres Negras, IFCS/UFRJ – PPCI/UERJ, volume 3, nº 2, 1995, p. 446-457.

SAFFIOT, Heleieth, I. B. **Posfácio: Conceituando Gênero** In: SAFFIOTI, Heleieth I.; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.). Mulher Brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS: Brasília UNICEF, 1994, p. 271-781.

TELLES, Edward E. Identidade racial, contexto urbano e mobilização política. In: **Afro-Ásia.** Salvador: CEAO/UFBA, nº 17, 1996, p. 121-137.